



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

## **Negando as Aparências, Disfarçando as Evidências: Padrão Argumentativo e Uso de Dados Na Visão de Desenvolvimento de Celso Furtado e Douglass North**

*Denying Appearances, Disguising Evidence: Argumentative Pattern and Data Use in the Vision of Development in Celso Furtado and Douglass North*

Emmanoel de Oliveira Boff; Universidade Federal Fluminense; emmanoelb@gmail.com

Carolina Miranda Cavalcante; Universidade Federal do Rio de Janeiro, cmcavalcante@gmail.com

**RESUMO:** O trabalho compara o padrão argumentativo e o uso de dados presentes em “Formação Econômica do Brasil” de Furtado e “Economic Growth of the US”, de North. Apesar da semelhança no objeto de estudo dos dois economistas (o desenvolvimento de seus países) e da explicação de suas causas (centradas no setor exportador e na distribuição de renda por ele gerado), verificamos que o padrão argumentativo e uso de dados dos autores é distinto. Concluimos que tal diferença pode ser explicada pela especificidade histórica do objeto investigado: enquanto Furtado investiga as causas da *formação econômica* do Brasil, North estuda o *crescimento econômico (PIB per capita)* dos EUA.

Palavras-chave: North; Furtado; Desenvolvimento; Visão; Padrão Argumentativo.

**ABSTRACT:** The article compares the argumentative pattern and data use presente in “Formação Econômica do Brasil”, by Furtado and “Economic Growth of the US”, by North. Despite the similarity in the object of study of the two economists (the development of their countries) and the explanation of its causes (centered on the export sector and income distribution associated with it), we find that the argumentative pattern and data use of the authors is distinct. We conclude that such difference can be explained by the historical specificity of the object under investigation: whereas Furtado investigates the causes of Brazil’s *economic formation*, North studies the *economic growth (GNP per capita) of the US*.

Keywords: North; Furtado; Development; Vision; Argumentative Pattern.



## Introdução

Este artigo objetiva comparar o padrão argumentativo (Toulmin 2003 [1958]) e a “visão” (Schumpeter 1954) de Celso Furtado e Douglass North no que tange às observações e dados que fundamentam suas distintas concepções de desenvolvimento econômico. Este trabalho dá continuidade e se erige sobre o que já foi elaborado em Boianovsky (2009, 2010, 2015, 2018). Nossa contribuição específica ao debate é a seguinte: embora interessados em um mesmo objeto de estudo - o desenvolvimento - o fato de esse objeto ser situado no tempo e no espaço (no nosso caso, Brasil e EUA) permite aos autores não apenas usar métodos diferentes de estudo, mas focar de forma distinta em evidências para justificar seus argumentos. Deste modo, queremos apresentar um estudo de caso em que a natureza histórica de um objeto econômico faz com que pesquisadores adotem diferentes visões sobre o conhecimento desse objeto, bem como a metodologia (e uso de dados) necessária para atingi-lo. Ou seja, em nossa abordagem a natureza do objeto fornecerá as condições de possibilidade de conhecimento e o método necessário para chegar a ele.

O objeto desta pesquisa - nosso estudo de caso - está circunscrito a dois livros clássicos dos referidos autores: “Formação Econômica do Brasil”, publicada originalmente em 1959, e “The Economic Growth of the United States 1790-1860”, publicado no ano de 1961. Em “Formação Econômica do Brasil” (doravante FEB), Furtado busca compreender as especificidades históricas que moldaram a condição de subdesenvolvimento da economia brasileira desde a colonização portuguesa até os anos 1950. Em “The Economic Growth of the United States 1790-1860” (doravante EGUS), North busca compreender o processo de crescimento dos EUA engendrado no período após a independência da Inglaterra (1776) e anterior à guerra civil (1861-1865).

O foco na história e nos fundamentos que explicam o padrão de desenvolvimento de suas respectivas economias nacionais é um dos paralelos que podemos traçar entre North e Furtado; outros elementos são elencados em Boianovsky e Monastério (2018). No entanto, algumas diferenças já podem ser notadas, como o longo período escolhido por Furtado (quatro séculos) e o espaço temporal mais enxuto



definido por North (sete décadas). Mais tarde, em outros trabalhos, como em North e Thomas (1973) e North (1981), o norte-americano adotaria uma abordagem teórica fundamentada em análises de prazo mais longo. As escolhas teóricas dos autores também serão objeto de análise no presente trabalho, uma vez que conceitos e teorias conformam modos específicos de observação da realidade econômica. Neste sentido, a contribuição do trabalho vai além do padrão argumentativo básico de cada autor rumo ao que Schumpeter (1954) denominou “visão” da economia. Em outras palavras: a “visão” (ou “ato cognitivo pré-analítico”) necessária para apreender fenômenos situados no espaço e tempo - como é o caso do desenvolvimento - deve abstrair (ou negar) certas aparências (ou fenômenos) da realidade. A partir daí, sob as categorias universalizantes da teoria, serão escolhidos conjuntos de evidências distintas que possam descrever e explicar a ocorrência do fenômeno (o desenvolvimento).

Analisaremos, portanto, duas obras de North e de Furtado no intuito de compreender como os autores mobilizaram dados empíricos, seguindo suas distintas hipóteses teóricas, para explicar o processo de desenvolvimento dos EUA e do Brasil. Buscaremos entender ainda como diferentes conjuntos de dados empíricos e da história econômica - dados pelas suas respectivas visões - adquirem influência diversa em suas teorias do desenvolvimento econômico.

### 1. O que significa negar aparências e disfarçar evidências?

Não gostaríamos que a peculiaridade do título do nosso trabalho tirasse a precisão dos conceitos que utilizamos. Deste modo, vamos precisar brevemente o que queremos dizer com “negar aparências” e “disfarçar evidências”.

Na tradição anglo-saxã da filosofia da ciência desenvolvida na segunda metade do século XX, uma das críticas ao neopositivismo tomou a forma de uma sociologia da ciência. Seja na linhagem de Kuhn e seus paradigmas (1962) ou do “núcleo duro” de Lakatos (1974), o compromisso de uma comunidade de cientistas com certa visão de mundo substituiu a ideia de que poderíamos alcançar um acesso onisciente à realidade. A existência de valores, crenças e de uma metafísica (ou visão de mundo) diferentes condicionam o que certo grupo “enxerga” da realidade. *Quando falamos em “negar*



*aparências” falamos da negação ou de certos valores, ou crenças ou visão de mundo (isto é, de certos “atos cognitivos pré-analíticos”) que excluem um conjunto de fenômenos a ser estudado.*

No entanto, excluir certo conjunto de fenômenos do campo da análise teórica não significa que evidências empíricas incômodas à nossa visão de mundo não possam surgir. Dado que nenhuma comunidade epistêmica possui uma visão de mundo onisciente, haverá uma parte da realidade não explicada por nossas teorias - e dessa parte da realidade podem surgir evidências que precisam ser disfarçadas para dar coerência à nossa visão. Em outras palavras, enquanto o paradigma ou núcleo duro faz aparecer um conjunto de fenômenos (ou aparências) para a análise teórica, *as anomalias (em Kuhn) ou evidências recalcitrantes no cinturão protetor (em Lakatos) apontam para os limites de nossa visão. Para que nossa visão de mundo continue a ter validade, precisamos “disfarçar evidências”, considerando-as anomalias, erros ou acidentes que, perigosos que sejam, não ameaçam a coerência de nossa visão.*

É nesse sentido que nosso estudo busca avaliar em que medida Furtado e North “negam as aparências” um do outro e como fazem para “disfarçar evidências” que podem comprometer suas respectivas visões de mundo. Como apontaremos na seção 4, as visões de desenvolvimento de Furtado e North, embora distintas, não são completamente incompatíveis - o que significa afirmar que há elementos comuns em suas visões (bem como nos fenômenos e dados por eles capturados). Conseqüentemente, nossos autores não ocupam paradigmas ou programas de pesquisa absolutamente disjuntos. Este fato também demonstra que, embora útil como grade interpretativa, a ideia de “programa de pesquisa” ou “paradigma” é de limitada aplicação na economia (Blaug e de Marchi, 1991). Nosso estudo pretende mostrar, assim como reza nossa epígrafe, que, por um lado, pode haver uma “simbiose da ortodoxia no contato com novos problemas”; por outro lado, também pode haver uma simbiose da heterodoxia no contato com elementos ortodoxos - caso de Furtado, como tentaremos mostrar na seção 4.



**XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas**

Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



**ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA**



## 2. FEB: fundamento, evidências e padrão argumentativo

### 2.1 Açúcar

O ponto de partida de FEB é a constatação de que a formação econômica do Brasil se deu como um “episódio da expansão comercial da Europa” (1959: 5) - ou seja, foi um processo que não só se originou no exterior, mas teve sua dinâmica dada pelo desenvolvimento da economia europeia. A parte I do livro busca explicar como fatores geopolíticos europeus - “a pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias” (1959, p. 6) - vão conformando a ocupação territorial e a organização política do Brasil colonial. A ênfase em tais fatores disfarça - ou ao menos contextualiza - o cálculo econômico subjacente a toda à análise de Furtado: somente a “utilização econômica das terras americanas” poderia “cobrir os gastos de defesa dessas terras”, de modo que sua defesa não fosse um “ônus demasiado grande” (p. 9). Foi o “êxito da grande empresa agrícola do século XVI (...) [que] constituiu a razão de ser da continuidade dos portugueses (...)” em terras americanas. Ao mesmo tempo, podemos observar que tal cálculo econômico muda permanentemente ao sabor de fatores históricos imprevistos: assim, o ouro e prata achados pelos espanhóis no século XVI diminuiu a concorrência e facilitou o sucesso da empresa colonial portuguesa no mercado europeu de produtos tropicais; da mesma forma, a União Ibérica (1580-1640) torna inimigos dos portugueses os holandeses, o que gera não apenas as invasões holandesas na colônia como contribuiu para a “desarticulação do sistema” de produção de açúcar em meados do século XVII.

A análise de Furtado é, via de regra, histórico-comparativa: ele coteja tanto a colonização realizada por diferentes países europeus (Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França) quanto o desenvolvimento de suas colônias (portuguesas, espanholas e inglesas, principalmente). O objetivo da comparação é identificar os fatores estruturais que permitem ou atrasam o desenvolvimento de cada uma dessas regiões no correr da história. Em suma, trata-se de uma visão que busca unir análise teórica e histórica, enxergando a economia como parte de uma totalidade social ampla (Boianovsky, 2015). Neste sentido, é importante identificar, em primeiro lugar, como o sistema de propriedade e o jogo das forças políticas (internas e externas) historicamente formado permite uma maior ou menor acumulação de excedente em cada território e em





cada momento da história. Em segundo lugar, resta saber se tal excedente é usado para gerar um processo endógeno de desenvolvimento. Dentro desse arcabouço, a análise de Furtado demonstra que os grandes ciclos da economia brasileira desde o século XVI - açúcar, ouro, café, com alguns surtos de crescimento pontuais de cacau, borracha e algodão - impulsionados todos pelo setor externo, não foram capazes de disparar o processo de desenvolvimento interno nacional nem de gerar uma economia estável do ponto de vista das variáveis macroeconômicas (como inflação, câmbio e emprego). A endogeneização do processo de desenvolvimento (ainda sem gerar estabilidade macro) só se dá a partir do desarranjo gerado no bojo do fim do padrão-ouro após a primeira guerra mundial e da crise de 1929.

O padrão argumentativo de Furtado se dá, a partir da parte II do livro, com base em dados hipotéticos (ou “palpites educados”) haja vista que a disponibilidade de dados confiáveis para a economia brasileira neste período é quase zero. Furtado prontamente reconhece que suas estimativas para o “monte de renda” gerado pela economia do açúcar “não (...) pode ir além de vagas conjecturas” (p. 47). Do ponto de vista do argumento econômico, no entanto, é menos importante o montante exato do excedente gerado do que mostrar como ele é apropriado (na sua imensa maioria na forma de lucros) e como é gasto (em produtos de luxo importados, compra e manutenção de escravos e investimento na expansão e manutenção de engenhos). Esse “fluxo de renda” engendra um crescimento que não muda fundamentalmente a estrutura da economia (em termos hodiernos: não gera progresso técnico e aumento da produtividade dos fatores). Por sua vez, a economia da pecuária que se desenvolve como “projeção da economia açucareira” vive praticamente em nível de subsistência, de forma que também não aprofunda o mercado, a divisão do trabalho e progresso técnico. Em outras palavras, o declínio da economia do açúcar que se dá por volta da expulsão dos holandeses (1650) testemunha uma estagnação geral da região, incapaz de desenvolver endogenamente.

Tal estagnação econômica, no entanto, não significa uma parada ou freio no processo de *formação* nacional, como atesta o capítulo XII, que trata da “contração econômica e expansão territorial”. Devemos aqui prestar atenção às evidências que Furtado escolhe para tratar não apenas do crescimento, mas da formação da nação. Ou ainda: na aparência da decadência econômica vem embutida um processo mais amplo



de apoderamento do território. A “caça ao índio” que acompanhou a ocupação econômica da bacia amazônica e a posse do território da região Sul pelos colonos de São Vicente, através da criação de gado, garantiram que o território brasileiro fosse em grande parte povoado. Concomitantemente, do ponto de vista macroeconômico, o desequilíbrio da balança de pagamentos devido à queda do valor das exportações do açúcar era compensado com desvalorizações cambiais e o consequente encarecimento de produtos importados, o que empobrecia relativamente a população mais carente.

## 2.2 Ouro

A descoberta do ouro em Minas foi igualmente insuficiente para gerar um desenvolvimento autopropulsivo no país - embora o território continuasse a ser povoado (inclusive com imensas massas de imigrantes lusos) e os núcleos econômicos do Nordeste e do Sul se integrassem à economia mineira. Ainda que a economia do ouro não precisasse de investimentos iniciais altos e a quantidade de trabalhadores livres fosse maior que na economia do açúcar (de forma que a renda era menos concentrada) tal mercado potencial não foi capaz de gerar um núcleo manufatureiro. Segundo Furtado, tal não ocorreu tanto por causa da “própria incapacidade técnica dos imigrantes” quanto pelos efeitos do Tratado de Methuen (1703), que fez Portugal (e o Brasil) permanecer especializado na produção de produtos primários *vis-à-vis* à de manufaturas.

Quando retoma a análise com dados hipotéticos do fluxo de renda da economia mineira (cap. XIV) em comparação com a economia açucareira (cap. IX) dois pontos analíticos surgem: em primeiro lugar, a incapacidade do “specie-price-flow mechanism” de ajustar automaticamente a balança de pagamentos e o nível interno de preços da economia quando estoura uma crise externa. No caso brasileiro, a queda no preço internacional do açúcar levava a uma desvalorização cambial que aumentava o preço do produto exportado e diminuía a quantidade de importações, ao mesmo tempo em que protegia o *quantum* exportado de quedas acentuadas. O resultado, como se sabe, são déficits constantes no balanço de pagamentos e no setor público, daí resultando pressão inflacionária interna. Em segundo lugar, as vantagens comparativas de Ricardo mostram-se incapazes de gerar desenvolvimento endógeno. Segundo a explicação de





Furtado, o tratado de Methuen - que sacramentava a especialização inglesa em manufaturas (tecidos) e a portuguesa em produtos primários (vinhos) - “carec[ia] de (...) base real para sobreviver” (p. 88). Furtado apela para evidências de ordem política - a força da aristocracia agrária portuguesa que retirou a proteção às manufaturas (que vigorou entre 1684 e 1703) - e fatores históricos “imprevistos” - a descoberta do ouro em Minas - que tornou o Tratado exequível. O déficit da balança de pagamentos português foi coberto pela exploração de ouro, que simplesmente transferiu recursos do Brasil para a Inglaterra, sendo Portugal um “entreposto” entre ambos que lucrava com “algumas comissões e impostos”. Dessa situação, em meados do século XVIII, resultou a baixa qualificação e inventividade da mão-de-obra luso-brasileira. Sob a aparência de equilíbrio e auto-ajuste do mercado, Furtado busca evidências que procurem mostrar sua enganiosidade.

Da mesma forma que na economia do açúcar, a exaustão das minas provocou uma “involução (...) rápida e completa de um sistema econômico constituído principalmente por população de origem europeia” (1959, p. 93). E, talvez paradoxalmente, o processo de formação nacional avançou, com a integração das regiões produtoras de gado no Norte e no Sul às Minas e com a dispersão posterior da população pelo interior do Brasil após a decadência da economia mineira. A formação nacional se solidifica, apesar dos percalços de uma economia movida por impulsos externos que deixam um rastro de pobreza e concentração de renda em sua esteira.

Para corroborar sua análise, Furtado faz ainda no cap. XVIII uma comparação com o desenvolvimento dos EUA em fins do século das Luzes - época da Revolução Industrial inglesa e da decadência da economia mineira. Como já exposto no cap. VI, o sistema de propriedade instalado nas colônias de povoamento do EUA permitiram desde o século XVII o desenvolvimento de mão de obra qualificada e de uma indústria naval incipiente, além de carnes, madeira, alimentos e bebidas alcoólicas que abasteciam o mercado das Antilhas Francesas e Inglesas. Esse processo permitiu não apenas acumulação local (e não na metrópole) como também uma distribuição de renda mais ampla e o surgimento de um mercado potencial maior. Deste modo, quando do início da Revolução Industrial, os EUA puderam se aproveitar da necessidade inglesa de algodão para ocupar o Sul do seu atual território e exportar algodão para a Grã-Bretanha. Como



no caso brasileiro, a balança comercial dos EUA com a Inglaterra era deficitária no início do século XIX. Mas Furtado coleta outras evidências para explicar as distintas trajetórias de desenvolvimento das duas maiores economias americanas:

“Esse déficit [dos EUA], em vez de pesar sobre o câmbio - como foi o caso do Brasil - e provocar um reajustamento a níveis mais baixos de intercâmbio, tendia a transformar-se em dívidas de médio e longo prazos, invertendo-se em bônus dos governos central e estaduais. Formou-se, assim, quase automaticamente, uma corrente de capitais que seria de importância fundamental para o desenvolvimento do país. Isto foi possível graças à política financeira do Estado, concebida por Hamilton, e à ação pioneira do governo central primeiro e estaduais depois na construção de uma infra-estrutura econômica e no fomento direto de atividades básicas.” (1959. p. 113).

Assim, embora o setor externo tenha sido vital para o processo de desenvolvimento tanto dos EUA como do Brasil - nesse ponto Furtado e North concordam - foram fatores políticos e históricos que determinaram suas diferentes trajetórias. Em última análise, podemos dizer que são esses fatores que condicionam a possibilidade e a aferição do cálculo econômico que subjaz à decisão de agentes situados em diferentes grupos sociais e na história. Tanto o cálculo econômico racional quanto fatores políticos e históricos aparecem em North e Furtado. O papel que essas evidências desempenham em sua argumentação, no entanto, é diverso. Devemos atentar a esses fatores também para entender por que o café não foi capaz de fazer pelo desenvolvimento do Brasil o que o algodão fez pelo dos EUA.

### **2.3 Café e além - fim do padrão-ouro, assalariamento e industrialização**

A quarta parte de FEB documenta uma mudança estrutural chave na economia brasileira - o assalariamento em substituição à escravidão - e a ascensão do café como motor do desenvolvimento, estagnado desde o último quarto do século XVIII. A análise



de Furtado aponta como *parâmetros socioeconômicos* que poderíamos utilizar em um modelo da economia agrário-exportadora (por exemplo, força de trabalho escravo), podem se tornar *uma variável* em um novo modelo de economia - força de trabalho livre (Boianovsky 2015). Esse “novo sistema econômico (...) apresentava uma série de problemas que, na antiga economia exportadora-escravista, apenas se haviam esboçado” (1959, p. 163). Em outras palavras: eventos históricos (abolição do tráfico e da escravidão; fim do Império; desenvolvimento de novos mercados na Europa e EUA) agudizaram e obrigam a reequacionar - teórica e praticamente - problemas já presentes na estrutura socioeconômica das economias agrário-exportadoras. Essas adversidades igualmente modificaram o jogo de interesses dos agentes econômicos e políticos. Vejamos como.

O primeiro destes problemas diz respeito à mão-de-obra. Em quatro capítulos (XXI ao XXIV) Furtado mostra como a imigração europeia (para o Sul), a transumância (do Nordeste para a Amazônia e para as regiões cafeeiras) e a eliminação da escravidão disponibilizaram força de trabalho para o cultivo do café.

O segundo problema surge a partir do assalariamento dessa nova e crescente mão-de-obra. O aprofundamento da monetização da economia e do papel dos mercados provoca uma “tendência ao desequilíbrio externo”, tema do cap. XXVII e central para nosso artigo com relação ao papel das evidências no padrão argumentativo de Furtado. A centralidade do capítulo está em mostrar como a relevância das evidências muda no caso de uma crise em países industrializados *vis-à-vis* dependentes. Basicamente, ele sugere que, sob o padrão-ouro, o que ocorre em uma economia industrializada corresponde aos resultados (embora não ao processo empírico efetivo) do “specie-price-flow mechanism”: uma crise no país central (usualmente causada por uma baixa dos investimentos) causa uma queda do preço e do *quantum* de produtos importados. A redução da liquidez das empresas é compensada pela volta de capitais investidos externamente. Contudo, “nas economias dependentes a crise se apresenta de forma totalmente distinta” (1959, p. 167): a queda do preço das exportações sendo maior que o das importações, somada à fuga de capitais, inviabiliza o reequilíbrio segundo o que previa o mecanismo de reequilíbrio automático do padrão-ouro. Em suma, em vez de equilíbrio, passa-se a ter uma tendência permanente de déficit fiscal



(coberto usualmente com a emissão de moeda) e crise no balanço de pagamentos. No contexto nacional, Furtado constata o problema da importação de teorias estrangeiras para entender o que ocorre na realidade nacional, algo observado no mesmo ano pela publicação do livro de Inácio Rangel: trata-se do problema da especificidade histórica das ciências sociais (Hodgson, 2001, p. 23). Ou seja, em que medida uma teoria que almeja à universalidade pode dar conta das especificidades de fenômenos socioeconômicos que ocorrem em certo espaço e tempo? Ora, tal problema aponta não apenas para a relevância distinta das evidências em contextos sócio-históricos distintos, como também para a mudança de natureza dos próprios objetos socioeconômicos no tempo e espaço. É o objeto, portanto, que vai condicionar o tipo de fenômeno apreendido e as evidências colhidas. Neste sentido, sob a mesma aparência - uma crise internacional causada pela baixa de investimentos, por exemplo - fenômenos cujas causas são de naturezas distintas podem ocorrer. Neste sentido, é necessário negar as aparências propostas por certo conjunto de dados empíricos para enfatizar outras que nos permitam explicar causalmente o fenômeno de forma clara. A ênfase em um conjunto de evidências inadequado pode disfarçar a natureza do fenômeno - no caso de Furtado, o subdesenvolvimento persistente de economias agrário-exportadoras.

Mais precisamente, as mudanças estruturais na economia a partir de 1850 levaram o Estado a assumir papéis e forma que não possuía antes. A forma envolvia o aprimoramento de um aparato fiscal adequado, haja vista que à época da Independência vigia a “quase inexistência de um aparelhamento fiscal no país” (1959, p. 105). Também envolvia “as necessidades de ação administrativa no campo dos serviços públicos, da educação e da saúde, da formação profissional, da organização bancária, etc” (1959, p. 181). A esses novos aparelhos ou formas estatais cabia desempenhar três papéis principais: disciplinar juridicamente esse novo sistema, organizá-lo economicamente (agora com trabalhadores livres não mais escravos) e o de sustentar o nível de emprego na medida em que as crises externas se avolumavam em fins do século XIX. A complexidade dessas novas tarefas estatais se acentuava com a descentralização federativa inaugurada com a República (1889) e a nova Constituição (1891).

Como visto acima, dadas as limitações fiscais do Estado brasileiro e a tendência permanente ao desequilíbrio no balanço de pagamentos, coube ao Governo tomar



medidas para a valorização do café e conseqüente proteção do nível de emprego e renda. A atuação ativa do Estado neste período é evidência incontornável para compreender o desenvolvimento brasileiro. Em primeiro lugar, a desvalorização do câmbio garantia o nível interno de preços do produto e forçava a baixa de seu preço internacional (o que, no entanto, não era suficiente para reequilibrar o balanço de pagamentos devido à inelasticidade da demanda pelo produto exportado). Por outro lado, o aumento do preço dos importados também não diminuía as importações em quantidade suficiente, dada a inelasticidade de sua demanda interna (em especial por produtos básicos). Ou seja, tais medidas teriam que ser complementadas, em segundo lugar, por uma série de empréstimos estrangeiros (começando com o “empréstimo de consolidação” (*Funding Loan*), passando pelo “Convênio de Taubaté” e o mecanismo associado das caixas de conversão e estabilização). Essas políticas permitiram gerar um mecanismo de valorização do café e garantir a renda - juntamente com os empregos - do setor. Evidentemente, tal política só pôde ser colocada em prática com vista a atender aos interesses de “novos grupos de pressão” política (1959, p. 178) - os cafeicultores. Segundo a visão de Furtado, a existência de grupos com interesses conflitantes é, da mesma forma, evidência incontornável para entender as causas do padrão de distribuição de renda da economia cafeeira - e daí do desenvolvimento nacional. Dentro da nova estrutura política federativa inaugurada com a República, o interesse econômico desse grupo pôde adquirir maior proeminência. Ao mesmo tempo, o fortalecimento das classes médias urbanas (tanto no setor público com o aparelhamento do Estado quanto no setor privado com o assalariamento e expansão dos mercados) gerou interesses em parte conflitantes com os da elite cafeeira: tais medidas implicavam o aumento de preços dos produtos importados (e agora consumidos pelas classes médias) e a constatação de que a República continuava a operar em nome de interesses privados e não públicos (Oliveira, 2021). O processo de transferência de renda das classes médias para o setor exportador implicado no enfrentamento das crises externas sinalizava uma tensão política permanente entre distintos grupos de interesse que chegaria ao paroxismo com a crise de 1929 (do ponto de vista econômico) e a Revolução de 1930 (do ponto de vista político). “(...) [A]o corrigir o desequilíbrio externo, não se conseguia mais que transformá-lo em desequilíbrio interno” (1959, p. 207), atesta Furtado.



Percebe-se, desta maneira, como a metodologia de Furtado permite articular 1. interesses de distintos grupos sociais, 2. seu impacto em termos de poder político para a elaboração e execução de políticas econômicas e 3. seus efeitos sobre uma economia puxada pelo 4. setor externo - e com tendência permanente a déficits fiscais e no balanço de pagamentos. Esse é o conjunto de evidências que nos permitem enxergar as causas do padrão de (sub)desenvolvimento do Brasil. De acordo com a teoria monetária tradicional (dada pelas “regras do padrão-ouro”), as evidências apontavam sempre um “aspecto patológico” e “anormalidade” na inconversibilidade da moeda nacional. Essas evidências, segundo o economista de Pombal, disfarçam que “não se faz nenhum esforço sério para compreender tal anormalidade, que em última instância era a realidade da qual se vivia” (1959, p. 169). Deve-se, segundo tal visão, negar a aparência patológica e anormal da economia brasileira para entendê-la em sua especificidade.

Furtado termina o livro mostrando como eventos históricos - o fim do padrão-ouro e a desarticulação da economia mundial dada pela crise de 1929 - permitiram que, depois de quatro séculos, se deslocasse o “centro dinâmico” da economia para dentro do próprio país. Esse deslocamento sinaliza mais uma mudança estrutural da economia, em que certos parâmetros (como o coeficiente de importações) tornam-se variáveis (em virtude da substituição de importações). Tal constatação pode agora ser embasada com dados numéricos mais precisos na 5a parte do livro (já há censos oficiais desde 1872 e a produção de dados estatísticos se profissionaliza nos anos 1930). Furtado faz questão de argumentar que a política de defesa do café pela sua destruição gerou, como já muito comentado, uma política keynesiana pré-”Teoria Geral”. Para nosso objetivo, entretanto, é interessante observar o papel atribuído por Furtado às políticas de defesa estatais enquanto dado central que articula a totalidade do sistema socioeconômico brasileiro - seus grupos de interesse conflitantes e a força política de cada um ao propor políticas cambiais que os favorecessem. Deste modo, o fim do padrão ouro permitiu que um câmbio desvalorizado recuperasse o nível de exportação de produtos primários (com o algodão em substituição ao café, principalmente). Ao mesmo tempo, pela primeira vez o mercado *interno* puxava a produção *interna*, já que a dificuldade de importações de bens de consumo estimulou sua fabricação interna (inclusive com a importação de bens de capital em função das





XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas

Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

falências causadas pela depressão nos países centrais). Com essa transformação, o câmbio ganha importância fundamental, novos grupos sociais e econômicos surgem e novos conflitos entre grupos de interesse surgem - importadores (que desejam câmbio valorizado) versus exportadores e industriais (que o desejam desvalorizado). Após o fim da Segunda Guerra, tais conflitos vão se acentuar com o recrudescimento da inflação (em grande parte devido a conflitos distributivos) e a existência de câmbios múltiplos, que permitem a continuidade do processo de substituição de importações.



### 3. EGUS: fundamento, dados e padrão argumentativo

Segundo North (1966[1961]), o crescimento econômico dependeria da disponibilidade de recursos naturais, responsáveis pela inserção da economia doméstica no mercado internacional. Através da exportação de uma *commodity* chave (*staple commodity*), com ampla demanda dos países mais desenvolvidos, seria dado o impulso inicial para o crescimento econômico. O setor exportador, quando diversificado pela integração do mercado interno e por um bom sistema de transportes, teria engendrado um processo de especialização e divisão do trabalho que ampliaria o mercado interno, o que se refletiria no crescimento do produto.

North (1966[1961]) aponta que, nas vésperas da Guerra Civil, a economia norte-americana já ocupava o segundo lugar em termos produtivos, ficando atrás apenas da Inglaterra. Segundo o autor, foi precisamente durante o período estudado em seu livro (1790-1860) que teriam sido lançadas as bases para o crescimento norte-americano. Neste período, a expansão para o oeste teria munido a economia doméstica de recursos naturais que seriam fundamentais para sua bem-sucedida inserção no comércio internacional. Essa ênfase no papel da divisão do trabalho e do comércio internacional como a base do crescimento do produto não é incidental, uma vez que North (1966[1961], p.1) se refere explicitamente à “Riqueza das Nações” de Adam Smith como um dos pilares do seu argumento. O jovem North reconhece a influência das instituições e das políticas econômicas nesse processo de crescimento da economia dos Estados Unidos, mas não as considera como fatores que teriam ensejado a emergência de uma economia de mercado.

A essência do argumento é que o tempo e o ritmo do desenvolvimento de uma economia têm sido determinados pelo: (1) sucesso do seu setor exportador, e (2) pelas características da indústria de exportação e a disposição da renda recebida pelo setor exportador. (North, 1966[1961], p.1)

Nesse sentido, a explicação do crescimento econômico está relacionada essencialmente a fenômenos econômicos concernentes a preços relativos e à dotação de recursos produtivos. Quanto à natureza de seu estudo, embora North esteja lidando com



história econômica, ele assim descreve sua pesquisa: “Este é, de fato, um argumento estendido com o suporte de dados estatísticos e de evidência qualitativa em vez de uma história econômica do período.” (North, 1966 [1961, p.vii) Estruturalmente, este livro de North se divide em cerca de 2/3 de exposição e análise teórica sob a forma discursiva, eventualmente com uso de recursos gráficos, divididas em duas partes, e 1/3 de apresentação de tabelas, gráficos e metodologia de cálculos estatísticos, alocados em apêndices ao final do texto principal. Ademais, essas duas partes do livro visam delimitar e selecionar as ferramentas teóricas mais adequadas. A ênfase em fenômenos puramente econômicos de North bem como a produção de dados estatísticos mais organizada nos EUA, permite a North tomar como evidências dados estatísticos que embasam sua visão de economia. Em Furtado, todavia, tal uso de estatística é mais modesto: elas só estão disponíveis no Brasil de forma mais sistemática a partir do censo de 1872. Ao mesmo tempo, a visão de economia do brasileiro é estrutural, incluindo dados sobre mudanças políticas e jurídicas, conflitos de interesses, crescimento e deslocamento da população no território, evidências que North disfarça.

Nos anos compreendidos entre 1790 e 1814, parte I do livro, fatores não econômicos teriam tido maior centralidade na explicação do desenvolvimento econômico norte-americano. Já após o ano de 1815, parte II do livro, fatores econômicos teriam passado a ditar a dinâmica da economia dos Estados Unidos. Deste modo, North (1966[1961]) assinala que uma teoria dos ciclos econômicos seria ineficaz para explicar o primeiro período (1770-1814), mas seria um instrumento teórico poderoso para compreender a dinâmica econômica após 1815. Deste modo, o que é considerado evidência em um período é disfarçado no período seguinte, quando o modo em que o desenvolvimento aparece muda.

Antes de iniciar a análise dos períodos sugeridos, North apresenta seu arcabouço teórico em um primeiro capítulo, o que é uma característica bastante comum dos trabalhos do autor, a saber, dividir a teoria da análise do objeto. Como já mencionado anteriormente, o setor exportador é o centro dinâmico do processo de crescimento econômico. Para compreender a dinâmica desse setor, precisamos observar as condições da oferta e da demanda. O lado da oferta depende basicamente das funções de produção e dos preços e da disponibilidade dos recursos produtivos, ou seja, de fatores



endógenos. A demanda do setor exportador é dada exogenamente pela demanda internacional, pela dinâmica do comércio internacional e pelos termos de intercâmbio (preços dos produtos exportados e importados).

A disponibilidade de recursos naturais, as vantagens comparativas em sua produção e a demanda internacional por essas *commodities* irá determinar o grau de diversificação da produção do setor exportador. Essas são as evidências estatísticas que North procurará buscar, negando que outros fatores que aparecem no contexto (de origem social, histórica ou política) possam ser relevantes para explicar o desenvolvimento - uma divergência fundamental com relação ao padrão argumentativo de Furtado. Em North, quanto mais diversificada a produção de *commodities* destinadas à exportação, maior a especialização e a divisão do trabalho no âmbito do setor exportador, o que irá estimular a indústria doméstica e a integração regional, redundando em uma economia mais industrializada e urbanizada. Países nos quais o setor exportador se concentra em torno de uma única *commodity* acabam por possuir uma especialização e divisão do trabalho mais limitada no âmbito dessa indústria. Este caso, parecido com o dos países latino-americanos, mas com resultados distintos para os EUA, é uma evidência disfarçada em North. Nesse caso, o setor exportador não gera a dinâmica necessária para o crescimento econômico sustentado.

North (1966[1961]) menciona três fatores que precisam estar presentes para que uma nação alcance o crescimento econômico sustentado: (i) dotação de recursos naturais; (ii) características básicas da indústria exportadora; (iii) mudanças na tecnologia e nos custos de transporte (*transfer costs*). Como já vimos, a dotação de recursos naturais, a qualquer nível de tecnologia, acrescenta North (1966[1961], p.3), determina a inserção da economia no comércio internacional e o grau de diversificação do setor exportador. Quanto às características básicas da indústria exportadora, North (1966[1961], p.4-5) assinala que estas irão determinar o tipo e a diversificação dos investimentos a depender da estrutura da renda e da propriedade. Segundo o autor, a distribuição de renda e propriedade irá determinar o tamanho e a diversificação do mercado, permitindo o transbordamento dos ganhos do setor exportador para outros setores econômicos domésticos. Por fim, as mudanças na tecnologia e nos custos de



transporte responderão pelas vantagens comparativas regionais, afetando a taxa de retorno da produção de outros bens e serviços.

Quanto às inovações, North (1966[1961]), p.7-8) aponta que, embora os EUA não tenham sido líderes nesse campo, as inovações domésticas tiveram sempre um caráter de resposta a problemas relativos a altos custos de produção, principalmente quando relacionados ao setor exportador. Ademais, o autor estabelece uma relação entre investimento em educação e poder político. O investimento em educação dependeria de escolhas sociais e políticas concernentes à importância da educação para o setor produtivo. Essas decisões são tomadas por agentes econômicos com o poder para alocar os recursos públicos em gastos com educação.

Onde uma distribuição de renda extremamente desigual se une a uma desigual distribuição do poder político, o desenvolvimento de uma educação pública de base ampla é menos provável, uma vez que não há ganhos claros para aqueles que devem fornecer a maior parte do dinheiro dos impostos para tal investimento. (...) O investimento em educação refletiu parcialmente a estrutura econômica de uma região. (North, 1966[1961], p.9)

Na primeira parte do livro, North trata dos eventos, majoritariamente não econômicos, que lançaram as bases da economia norte-americana. Embora o autor entenda que os eventos econômicos tenham sido mais importantes a partir de 1815, na análise dessa primeira parte do livro, muitas estatísticas econômicas são apresentadas, embora sejam apontadas incompletudes e imprecisões decorrentes da escassez e/ou inexistência de estatísticas completas deste período. Para os anos compreendidos entre 1790 e 1814, North (1966[1961]) chama atenção para os impactos da independência e das guerras europeias no comércio internacional norte-americano. Segundo o autor, a dinâmica da economia norte-americana teria sido dada pelos choques externos resultantes dos conflitos europeus, principalmente entre Inglaterra e França. Como nação neutra nesses conflitos, os Estados Unidos puderam operar parte do transporte marítimo de mercadorias, incrementando seu comércio exterior e as reexportações.



“Não é preciso procurar além dos eventos na Europa para dar conta de quase toda reviravolta nos destinos da economia Americana durante esses anos” (North, 1966[1961], p.36). O autor parece concordar com a ideia de que choques externos liberam potenciais econômicos internos, mas nega (aparências) que isso tenha sido fundamental para o crescimento dos EUA, que estaria baseado na exportação de *commodities* como o algodão.

O autor também assinala uma distinção entre as dinâmicas do Norte e do Sul dos Estados Unidos à época. Enquanto o Norte experimentava um expressivo crescimento de suas cidades, principalmente no entorno dos portos, o Sul via a expansão do seu mercado interno limitada por conta de sua estrutura social baseada na escravidão.

As características técnicas do cultivo do algodão àquela época, assim como a renda e a estrutura social de uma economia escravista, simplesmente não induziram à urbanização – nem ao menos o crescimento de um cultivo de alimentos de camponeses independentes. (North, 1966[1961], p.52)

Assim como o Norte, o Sul comercializava com o exterior, mas o não desenvolvimento de uma indústria doméstica integrada ao setor exportador, aliado à sua estrutura social escravista, parece ter interditado o crescimento econômico no mesmo patamar das regiões portuárias do nordeste dos EUA. Ademais, o autor aponta o fator importante concernente ao destino da renda advinda das exportações do Sul, que acabavam por ser despendidas em serviços e transportes, importação de alimentos e de produtos manufaturados, incluindo artigos de luxo para as classes dominantes. Esta teoria é similar a algumas desenvolvidas para o Brasil, sustentando que as elites despendiam recursos em bens de luxo, não engendrando um mercado interno dinâmico. Contudo, no caso dos EUA, isso aparentemente teria gerado desigualdades regionais que não impactaram o crescimento nacional.

Já na segunda parte do livro, pós 1815, North afirma que aspectos ligados ao clima, à topografia, à tecnologia e à disponibilidade de recursos teriam gerado três regiões bem demarcadas a partir da segunda década do século XIX. O Norte





concentrava metade da população dos EUA, tendo se especializado em serviços ligados aos mercados de capitais, aos transportes, às companhias de seguro e outros serviços associados ao comércio exterior. O Sul, especializado na produção de algodão, concentrava 1/3 da população e apresentava um grau de urbanização inferior aos estados do Norte. O Oeste era a região menos populosa, praticamente não urbanizada e baseada em uma economia de subsistência, não se inserindo de forma significativa no mercado nacional.

O ano de 1815 é considerado por North um ponto de inflexão na história econômica norte-americana, pois é a partir daí que as forças de mercado passam a prevalecer no comércio internacional. A expansão da indústria têxtil europeia provocou um aumento na demanda por algodão, o que impulsionou as exportações dessa *commodity* pelos estados do Sul que, por sua vez, gerou uma demanda por gêneros alimentícios produzidos nos estados do Oeste. O centro organizacional dessa integração econômica estava localizado no Norte, responsável pelos serviços ligados à exportação, dando vazão à produção algodoeira no Sul, já integrada aos mercados do Oeste. Embora a variação nos preços do algodão tenha explicado os ciclos de expansão e contração da economia norte-americana, North entende que outros fatores começam a influenciar de forma mais significativa o crescimento econômico nos EUA em meados do século XIX.

O algodão desempenhou um papel importante no *boom*, mas foi a industrialização no Nordeste e a abertura do Oeste e do Extremo Oeste que foram primariamente responsáveis pelo crescimento dos anos 1840 e 1850." (North 1966[1961], p.71).

Embora North afirme que a industrialização não seria essencial como primeiro movimento no processo de crescimento econômico, o autor reconhece que esse teria sido um momento importante no molde das estruturas econômicas da economia norte-americana. De fato, o centro dinâmico do processo de crescimento norte-americano era o setor externo, considerado no capítulo VIII, no qual são apresentados dados sobre balanço de pagamentos, termos de troca, fluxo imigratório e expansão das fronteiras via aquisição de novos territórios. North chama atenção não



apenas para os bens exportados, mas também para o tipo de mão de obra que ingressa na economia norte-americana via imigração, bem como os fluxos de entrada e saída de recursos monetários advindos desses fluxos de mercadorias e pessoas. A expansão territorial teria sido importante para a ampliação da disponibilidade de recursos naturais à disposição do sistema produtivo.

Contudo, apesar de ser o centro dinâmico do processo de crescimento dos EUA, o setor externo isoladamente *não explica o sucesso econômico norte-americano*. Deste modo, North dedica o capítulo IX para tratar dos fluxos de comércio regional entre os anos de 1815 e 1860, apontando a crescente especialização e integração produtiva das três grandes regiões norte-americanas - o Nordeste, provedor de serviços financeiros, de transportes e comércio internacional, o Sul, produtor e exportador de *commodities*, e o Oeste, especializado na produção de gêneros alimentícios. Para tratar desses fluxos de comércio regional, o autor apresenta estatísticas sobre balanço de pagamentos inter-regional e comércio de terras, este último uma *proxy* para migração. Ademais, o autor enfatiza o papel do desenvolvimento de um sistema de transportes capaz de interligar as regiões norte-americanas como fundamental para o sucesso desse comércio inter-regional.

Nos capítulos seguintes, North trata das estruturas econômicas das regiões Sul (capítulo X), Oeste (capítulo XI) e Nordeste (capítulo XII). Aqui o institucionalista procura mostrar ao leitor os fenômenos (ou aparências) captados em sua análise (e os dados associados a essas aparências). Disfarça-se, contudo, as evidências da importância das políticas do Estado, das guerras necessárias para a expansão territorial e a importância da escravidão. O autor define estrutura econômica como a dotação de recursos naturais, o tipo de produção e de especialização produtiva, as vantagens comparativas existentes, o padrão de povoamento e urbanização, bem como a distribuição da renda. Deste modo, as distintas estruturas econômicas existentes entre as regiões norte-americanas acabaram por permitir a integração dos mercados, o que somente se concretizou através da integração territorial viabilizada por um sistema de transportes, por rios navegáveis e ferrovias, em expansão e pelos serviços financeiros fornecidos pelo Nordeste.



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

Nos três capítulos finais, North considera o setor externo como uma região (*foreign sector*), passando a analisar a inserção da economia norte-americana no comércio internacional dadas as estruturas econômicas específicas a cada região (Sul, Oeste, Nordeste) estudada nos capítulos anteriores. Neste momento da análise, o autor chama atenção para as condições regulatórias e de preços no comércio internacional, bem como para as modificações nas estruturas econômicas, ao longo de três períodos: 1815-1823 (capítulo XIII), 1823-1843 (capítulo XIV) e 1843-1861 (capítulo XV).



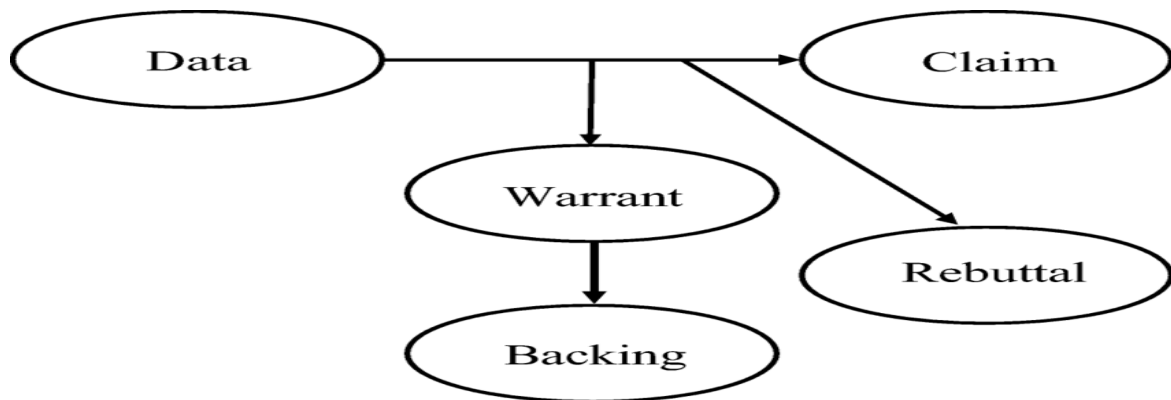
#### **4. Negando as aparências, disfarçando as evidências: o padrão argumentativo e a visão econômica de North (1961) e Furtado (1959)**

Descontando a distância espacial e o horizonte temporal de análise, aparentemente North e Furtado teriam objetos similares de pesquisa: o desenvolvimento econômico de seus respectivos países. Mesmo assim, essa aparência seria enganosa. Enquanto Furtado busca compreender a *formação econômica* do Brasil, interseccionando-a com determinantes políticos, geográficos, demográficos e sociais, North deseja explicar o *crescimento econômico* dos EUA (em termos de PIB per capita) em função da dotação dos fatores e dos preços relativos. Embora se possa afirmar que tais objetos se interpenetrem - não há formação econômica de longo prazo sem algum crescimento econômico; o crescimento econômico depende de fatores políticos, geográficos etc. - não se tratam de objetos idênticos. Deste modo, a observação desses objetos semelhantes, mas não idênticos, fará aparecer dados que serão igualmente distintos.

Em outros termos, vemos em nosso estudo um problema concernente a como observar e produzir dados na teoria econômica, de modo que precisamos ter atenção à elaboração de dados empíricos de nossos autores. Recentemente, Maas (2011), Morgan (2011) e Serra (2018) vêm estudando o processo de observação e produção de dados na economia. Podemos usar os *insights* desses autores para entender como Furtado e North negam aparências e disfarçam evidências em suas respectivas explicações para o processo de “desenvolvimento”.

Curiosamente, a tese principal dos dois autores é similar: na seção anterior mostramos que, para North, o ritmo e *timing* do desenvolvimento econômico depende tanto do sucesso e características do setor exportador quanto da distribuição de renda ensejada por este setor. Furtado esclarece que em cada um dos ciclos da economia brasileira, “a expansão de suas exportações” é central como “impulso externo” e “dinâmico” do desenvolvimento. Da mesma forma, é o padrão de distribuição de renda gerado por um setor exportador secularmente caracterizado pelo trinômio trabalho escravo-grande propriedade-monocultura que obsta o desenvolvimento nacional pleno.

Qual o padrão argumentativo que subjaz às teses de Furtado e North? Segundo Toulmin (2003), um padrão argumentativo contém a seguinte estrutura:



Fonte: Baseado em Toulmin (2003), p. 97.

Desses elementos, três são centrais:

1. uma tese (*claim*) a ser defendida;
2. os dados (*data*) escolhidos pelos autores que a sustentam; e
3. uma garantia (*warrant*), que funciona como uma hipótese articuladora justificando a relação entre os dados e a tese que se pretende sustentar.

À aparente similitude das teses centrais dos dois autores contrapõem-se, entretanto, diferentes conjuntos de dados empíricos. Em Furtado, dados sobre o crescimento e deslocamento da população economicamente ativa, a influência de diferentes grupos de pressão no âmbito político, o câmbio, a inflação e o balanço de pagamentos são centrais para explicar o (sub)desenvolvimento brasileiro. Por outro lado, em North, dados (principalmente estatísticos) sobre a disponibilidade de fatores (terra, capital e trabalho) somados à estrutura de preços relativos dos produtos exportados permitem compreender o aprofundamento da especialização e divisão do trabalho - consequentemente do desenvolvimento - em diferentes regiões dos EUA.

E não só: a garantia (ou hipótese teórica) que articula os dados à tese central dos dois livros é igualmente distinta. Furtado colhe seus dados baseado na hipótese estruturalista de que fatores de ordem social, política, demográfica e geográfica são integrados em uma estrutura socioeconômica nacional dependente. Esta toma forma na história e sempre em relação (de maior ou menor dependência) com outras economias nacionais específicas. North, por seu turno, explicitamente se baseia na hipótese smithiana de que a divisão do trabalho gera especialização, aumento da produtividade



do trabalho e da riqueza das nações (potencializados pela existência de um *foreign sector* em que economias nacionais não são distinguidas e cuja relação de dependência não é aparente). Este processo gera a possibilidade de especialização regional dos EUA e integração nacional pela via dos transportes e do comércio.

Temos, assim, dois padrões argumentativos coerentes, compostos de teses similares, mas com dados e hipóteses articuladoras baseadas em teorias distintas. Para estudiosos do desenvolvimento, tal divergência de padrões argumentativos igualmente coerentes pode ser desconcertante: se aceitamos a tese principal de North e Furtado como similares, como procedemos à coleta de dados e à formação de hipóteses para estudar o desenvolvimento? Qual a justificativa para escolher um modelo em detrimento do outro?

A questão que se nos apresenta, desta forma, é como comparar os padrões argumentativos dos dois autores. Para isso precisamos acrescentar aos componentes básicos do modelo de Toulmin outros critérios que nos indiquem a força do argumento de cada autor, isto é, o quão certos podemos estar de que o conjunto de dados mobilizado por cada um deles se articula mais ou menos provavelmente às conclusões (ou teses) que eles expõem. Desta forma, o padrão argumentativo deve ser incrementado com a adoção de:

4. Um suporte (*backing*) para a hipótese: ou seja, uma afirmativa categorial, não explícita, que valide as hipóteses articuladoras escolhidas pelos autores;
5. Um qualificador que mostre as limitações da conclusão a que podemos chegar baseada neste ou naquele conjunto de dados; e
6. A inclusão da possibilidade de uma refutação (*rebuttal*) da tese principal do argumento.

Assumimos neste trabalho que *o suporte (“backing”) para as hipóteses articuladoras de Furtado e North são dadas pela “visão” de economia de cada autor. A visão é entendida como “ato cognitivo pré-analítico” que “visualiza um conjunto distinto de fenômenos coerentes como um objeto digno de nossos esforços analíticos”* (Schumpeter, 1954, nossa tradução). Como já colocado na seção 1, a “visão” nos





fornece o conjunto de “aparências” enxergadas por nossos autores. Como as “visões” de economia de Furtado e North são distintas, “o conjunto distinto de fenômenos” que aparecem em seus campos de visão respectivos também o será (ao menos parcialmente). Como consequência, certos fenômenos que um deles “vê” o outro não “vê” - pode haver negação das aparências de um lado e de outro.

Podemos, entretanto, especificar mais detalhadamente o que Schumpeter possivelmente quis dizer com “fenômenos *coerentes*”. De fato, em um momento inicial - numa tradição que vai de Aristóteles a Adam Smith - o que a “visão” nos abre é um conjunto de fenômenos que *carece de coerência*. É a partir do *espanto* (o “*thaumazein*” aristotélico ou o “*wonder*” smithiano) que essa ausência de coerência nos obriga a teorizar, criando “correntes invisíveis que unem (...) objetos disjuntos” (Smith, 2019). Neste sentido, a coerência de que fala Schumpeter é mais bem interpretada como ocorrida *após* a teoria ter reunido fenômenos díspares, que despertam espanto, em certa ordem.

A coerência da teoria é limitada, contudo, pela necessidade de “disfarçar evidências” incômodas que desafiam a hipótese articuladora entre dados e tese. Um resultado do reconhecimento de evidências incômodas da teoria está na qualificação (ou limitação espaço-temporal) da tese principal dos autores - e que, no limite, pode levar à refutação (*rebuttal*) da mesma. Em outras palavras, ao visualizarem um objeto similar - o “desenvolvimento econômico” - os autores traçam hipóteses *distintas* e escolhem dados *distintos* para, no entanto, defender *teses semelhantes, mas limitadas espaço-temporalmente, sobre esse objeto*. A refutação de suas teses principais seria um caso-limite em que as evidências contrárias à tese, dentro de uma mesma comunidade epistêmica, não conseguem mais qualificá-la, mas apenas refutá-la (ou seja, ela supostamente não teria validade em nenhum país ou época).

Podemos organizar um quadro comparativo entre os fenômenos que aparecem nos trabalhos de North e Furtado, observando em que medida eles negam tais fenômenos ou os tratam como evidências (dados) a serem disfarçados, por não se encaixarem adequadamente em suas visões de desenvolvimento.



**Tabela 1: Comparação entre Furtado e North - aparências e evidências para o desenvolvimento econômico dos EUA e do Brasil**

| <b>Fenômeno estudado</b>                               | <b>Furtado (FEB)</b>   | <b>North (EGUS)</b>  |
|--|--|--|
| 1. Preços de mercado relativos dos produtos exportados | Nega aparências?<br>Não.<br>Disfarça<br>evidências? Sim.               | Nega aparências?<br>Não<br>Disfarça<br>evidências? Não.                |
| 2. Dotação de fatores                                  | Nega aparências?<br>Não.<br>Disfarça<br>evidências? Sim.               | Nega aparências?<br>Não<br>Disfarça<br>evidências? Não.                |
| <b>3. Taxa de câmbio</b>                               | <b>Nega<br/>aparências?<br/>Não.<br/>Disfarça<br/>evidências? Não.</b> | <b>Nega<br/>aparências? Sim.<br/>Disfarça<br/>evidências? Sim.</b>     |
| <b>4. Taxa de inflação</b>                             | <b>Nega<br/>aparências?<br/>Não.<br/>Disfarça<br/>evidências? Não</b>  | <b>Nega<br/>aparências?<br/>Sim.<br/>Disfarça<br/>evidências? Sim.</b> |
| 5. Crescimento do produto                              | Nega aparências?<br>Não.<br>Disfarça<br>evidências? Sim                | Nega aparências?<br>Não.<br>Disfarça<br>evidências? Não.               |



|   |  |  |
|---|--|--|
| 6.Conflito de interesses  | Nega<br>aparências? Não<br>Disfarça<br>evidências? Não   | Nega<br>aparências? Sim.<br>Disfarça<br>evidências? Sim. |
| 7.Dependência da economia do setor externo                                    | Nega<br>aparências? Não<br>Disfarça<br>evidências? Não   | Nega<br>aparências? Sim.<br>Disfarça<br>evidências? Sim. |
| 8.Custos de transporte e outros custos de transação                           | Nega aparências?<br>Sim.<br>Disfarça<br>evidências? Não. | Nega aparências?<br>Não.<br>Disfarça<br>evidências? Não. |
| 9.Papel ativo do Estado na economia   | Nega aparências?<br>Não.<br>Disfarça<br>evidências? Não. | Nega aparências?<br>Não.<br>Disfarça<br>evidências? Sim. |
| *10.Racionalidade individual e autointeresse                                  | Nega aparências?<br>Sim.<br>Disfarça<br>evidências? Não. | Nega aparências?<br>Não.<br>Disfarça<br>evidências? Sim. |
| 11. Papel do mercado (enquanto mecanismo de coordenação) e da “mão invisível” | Nega<br>aparências? Sim.<br>Disfarça<br>evidências? Sim. | Nega<br>aparências? Não.<br>Disfarça<br>evidências? Não. |
| 12. Desigualdade regional e concentração de renda                             | Nega aparências?<br>Não.                                 | Nega aparências?<br>Não.                                 |



|  |                           |                           |
|--|---------------------------|---------------------------|
|  | Disfarça evidências? Não. | Disfarça evidências? Sim. |
|--|---------------------------|---------------------------|

Os itens em negrito da Tabela 1 (3, 4, 6, 7 e 11) sinalizam uma divergência mais ampla da visão de desenvolvimento dos nossos autores, ao passo que os outros itens permitem um diálogo entre suas visões. Não se trata, portanto, de “paradigmas” estanques ou de “programas de pesquisa” isolados, como já apontamos na seção 1. De especial interesse para nosso argumento é o item 10 - racionalidade individual e autointeresse - pois é a partir desse item que podemos compreender as demais diferenças entre os fenômenos observados por North e Furtado.

Embora Furtado negue a aparência do autointeresse *do ponto de vista individual* ele não disfarça evidências de que há comportamento racional e autointeressado nos mercados. A evidência levantada por Furtado, entretanto, é que a racionalidade e autointeresse sempre se referem *a grupos situados historicamente*. Por exemplo, o economista menciona interesses de entes políticos (“os interesses de Antuérpia”) ou de grupos econômicos (“interesses de produtores portugueses” e de “grupos financeiros holandeses”). Em North acontece o caso oposto - ele parte justamente da máxima smithiana do autointeresse individual, desta forma disfarçando as evidências de que esses interesses são, na prática, contextualizados.

A partir dessa diferença, entende-se a posição dos autores quanto aos limites do mercado (enquanto coordenador da ação econômica pela via dos preços relativos e remunerador dos fatores produtivos). Na prática, o mercado não é composto por indivíduos isolados, mas indivíduos pertencentes a grupos sociais, políticos e econômicos. Desta constatação, não se pode deduzir de forma puramente econômica os resultados positivos da “mão invisível”. Em Furtado, seja pela inviabilidade das vantagens comparativas ricardianas, do mecanismo “specie-price-flow”, ou ainda pela incapacidade dos mercados internos gerarem desenvolvimento endógeno, nega-se o fenômeno (ou aparência) da “mão invisível” benfazeja do mercado competitivo. E, de fato, as evidências que o brasileiro colhe mostram como o mercado, por si só, conduz a resultados subótimos - do ponto de vista do produto e da imensa desigualdade de renda



e riqueza, que pouco tem a ver com a “produtividade marginal dos fatores”. Furtado disfarça evidências de eventuais resultados positivos do mecanismo de mercado.

Caso oposto é o de North: apesar de eventuais falhas de mercado, as evidências colhidas nos EUA mostram a potência desse mecanismo de coordenação para aprofundar a divisão do trabalho e gerar desenvolvimento. Os efeitos do fenômeno da “mão invisível” são bem visíveis no padrão argumentativo de North e se traduzem em evidências do aumento do produto per capita dos EUA entre 1790-1860: o mercado consegue alocar bens, serviços e remunerar fatores de produção de forma razoavelmente eficiente, gerando desigualdades proporcionais à produtividade dos fatores. Desigualdades geradas pelos efeitos da escravidão e efeitos de guerras (como foi o caso com o México) são evidências disfarçadas no padrão argumentativo de North.

Do fosso entre a realidade do desenvolvimento e o que prevê o mecanismo abstrato da “mão invisível” surgirão diferentes papéis do Estado. Enquanto o brasileiro relata evidências históricas de episódios em que crises demandaram a pronta atuação do Estado - mostrando um papel ativo dos governantes nas políticas cambiais, fiscais e monetárias - o norte-americano prevê um papel mais limitado para o Estado. Embora reconheça a existência de imperfeições de mercado - principalmente na forma de *transfer costs* - o norte-americano vai se prender às funções clássicas do Estado liberal: proteção e segurança da propriedade e do indivíduo; sistema de justiça imparcial e um Estado que provê bens públicos básicos (saúde, educação e algumas obras públicas). Nenhum dos dois nega aparências de um Estado ativo na economia - North, contudo, disfarça evidências desse papel, principalmente quanto ao mecanismo de proteção das manufaturas domésticas em boa parte do século XIX (Chang 2002, DeLong 2016).

Por fim, temos uma diferença crucial quanto à dependência no processo de desenvolvimento. Em Furtado, essa aparência é vastamente assumida, com as respectivas evidências que a sustentam (principalmente nos capítulos que descrevem o mecanismo e efeitos das crises cíclicas na economia brasileira a partir de fins do século XIX). Em North, a aparência de dependência é negada e evidências nesse sentido são disfarçadas - não à toa, haja vista que os EUA se desenvolvem em um padrão independente das nações europeias no correr do século XIX. O período crucial de 1770 a 1815 - em que se deram as revoluções industrial, francesa e americana - marcou a



inserção dos EUA nas redes de comércio internacional pela via do algodão. Enquanto isso, o Brasil só se reinsere nessas redes, lenta e de forma dependente, a partir dos anos 1820, com o aumento gradativo das exportações de café. A partir desse momento, a conjunção de fatores políticos, sociais, institucionais e demográficos fecha a possibilidade de o mecanismo de mercado, atuando por si só, promover o desenvolvimento brasileiro. Em contraste, essa mesma conjunção de fatores atuou no sentido de acelerar o desenvolvimento dos EUA, como North claramente reconhece, no período de 1770 a 1814. Contudo, as evidências desses fatores extra-econômicos ficam disfarçadas no período subsequente, de modo que o desenvolvimento dos EUA até 1860 aparece como fruto da espontaneidade do mercado.

## 5. Conclusão

Nossa epígrafe sinalizou que tempos de crise são tempos em que surgem as heterodoxias ou a simbiose da ortodoxia com a heterodoxia em contato com novos problemas. A especificidade do subdesenvolvimento latino-americano possibilitou o surgimento de um pensamento heterodoxo pela via da CEPAL e seu aprofundamento por Furtado nas décadas seguintes. Ao contrário do que um modelo lakatosiano ou kuhniano de filosofia da ciência poderia esperar, há, de fato, uma simbiose entre elementos heterodoxos e ortodoxos no pensamento de um autor como Furtado. Por outro lado, há reconhecimento, em North, de fatores extra-econômicos - principalmente de ordem política - condicionando o desenvolvimento dos EUA, principalmente no que diz respeito às primeiras quatro décadas de sua independência.

Nosso estudo mostrou que Furtado reconhece a existência de autointeresse e da racionalidade econômica, mas a situa social-historicamente, ao modo de Weber. Se não reconhece de imediato os efeitos benéficos da “mão invisível” do mercado, Furtado não se exime de descrever uma série de situações em que ações racionais e conscientes dos agentes produzem resultados não-planejados. Ora, esse é um reconhecimento de que, embora não automaticamente benfazejo, o mecanismo da mão invisível opera na realidade econômica (Bianchi e Santos, 2007). Esse é um fato que North, em seus trabalhos futuros institucionalistas a partir dos anos 1990, também reconhecerá.





Em resumo, em que pese a coerência presente no padrão argumentativo dos dois autores, sua análise deve invariavelmente ser qualificada à luz da especificidade histórica de suas economias nacionais. Os dados estatísticos e hipóteses teóricas do padrão argumentativo de North são necessários para explicar um processo específico de *crescimento econômico* (aumento do PIB per capita) promovido pelo mercado. Esses dados são necessários mas insuficientes para compreender um processo de *formação econômica* - processo enraizado na constituição política, jurídica e social de um território e de um povo. Os dados utilizados por Furtado, portanto, forçosamente irão além de estatísticas e compreenderão tratados, guerras, revoluções e mudanças jurídicas. Do mesmo modo, não se parte de hipóteses sobre a eficiência alocativa em Furtado sem levar em conta o papel dos mercados na formação nacional e sua inserção internacional.

Menos que a escolha entre um autor “certo” e outro “errado”, trata-se, no caso de Furtado e North, de bem delimitar e compreender a *natureza do objeto de estudo*: trata-se de desenvolvimento visto como formação econômica nacional ou como crescimento per capita do PIB? A resposta a essa questão nos apontará o tipo de dado necessário e hipóteses que poderemos articular para defender uma tese sobre o processo de desenvolvimento econômico.

## Referências

- ARANTES, Paulo e ARANTES, O. B. F. **Sentido da Formação: Três Estudos Sobre Antônio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- BIANCHI, Ana Maria; SANTOS, A. T. L. A. **Além do Cânon: Mão Invisível, Ordem Natural e Instituições**. Est. Econ., São Paulo, v. 37, n. 3, p. 635-662, Julho-Setembro, 2007.
- BLAUG, M; DE MARCHI, N. **Appraising Economic Theories: Studies in The Methodology of Research Programs**. Aldershot: Edward Elgar, 1991.
- BOIANOVSKY, Mauro. **Furtado, North and the New Economic History**. *Revista Economia*, vol.10, n.4, p.849-866, dez., 2009.



BOIANOVSKY, Mauro. **A view from the tropics: Celso Furtado and the theory of economic development in the 1950s.** *History of Political Economy*, vol.42, n.2, p.221-266, 2010.

BOIANOVSKY, Mauro. **Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the Historical-Structural Method in Latin American Political Economy.** *Journal of Economic Methodology*, n.27, abr., 2015.

BOIANOVSKY, Mauro; MONASTERIO, Leonardo. **Encontro entre Douglass North e Celso Furtado em 1961: visões alternativas sobre a economia nordestina.** *Revista Brasileira de Economia*, vol.72, n.3, p.275-291, jul.-set., 2018. Disponível no link: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/72601> (acesso em: 04/11/2021)

CASONATO, L.; VENTURA, T. **A epistemologia de Imre Lakatos e sua (in)aplicabilidade à teoria econômica.** *Revista de Economia*. V. 42, N. 77, pp. 173-192.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: A Estratégia de Desenvolvimento de Um Ponto de Vista Histórico.** São Paulo: Editora da UNESP, 2004 [2002].

DELONG, Bradford; COHEN, Stephen. **Concrete Economics: The Hamilton Approach to Economic Growth and Policy.** Harvard Business Review Press, 2016.

FONSECA, P. C. D. **A Política e seu Lugar no Estruturalismo: Celso Furtado e o Impacto da Grande Depressão no Brasil.** *Revista Economia*, Dezembro, 2009

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001 [1959].

KERSTENETZKY, C. A. L. **A Lógica da Situação na Economia.** *Revista Economia*, dezembro, 2006.

KERSTENETZKY, C. A. L. **Plural Situational Logic: The Rationa(lisabi)lity Principle.** *Cambridge Journal of Economics*, 2009, 33, 193-209.

MAAS, Harro. **Sorting Things Out: The Economist as An Armchair Observer.** In: DASTON, Loraine e LUNBECK, Elizabeth. **Histories of Scientific Observation.** Chicago: Chicago University Press, 2011.



- MORGAN, Mary. **Seeking Parts, Looking for Wholes**. In: DASTON, Loraine e LUNBECK, Elizabeth. **Histories of Scientific Observation**. Chicago: Chicago University Press, 2011.
- LINS, L. M. **Racionalidade, Criatividade e Inovação na Endogeneidade do Desenvolvimento**. Cadernos do Desenvolvimento, V. 9, n. 15, 2018.
- NEVES, V. **Situational Analysis Beyond ‘Single-Exit’ Modelling**. Cambridge Journal of Economics, 28, 2004, pp. 921-936.
- NORTH, Douglass. **The Economic Growth of the United States 1790–1860**. New York: W. W. Norton & Company, 1966.
- NORTH, Douglass; THOMAS, Robert. **The Rise of the Western World: A New Economic History**, Cambridge University Press, Cambridge, 1973.
- NORTH, Douglass. **Structure and Change in Economic History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change, and Economic Performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.
- OLIVEIRA, J. M. W. **Estatização de Interesses Privados: Entendendo o Colapso do Setor Cafeeiro**. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Economia da UFF. Niterói, 2021.
- SAMPAIO JR. P. A. **Furtado e os Limites da Razão Burguesa na Periferia do Capitalismo**. Economia-Ensaios, Uberlândia, V. 22. n, 2, 2009.
- SMITH, A. **Ensaio Filosófico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2019.
- SERRA, Gerardo. **Pleas for Fieldwork: Polly Hill on Observation and Induction**. In: BOUMANS, Marcel e CHAO, Hsiang-Ke. *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, 36B, 203-228, 2018.
- TOULMIN, Stephen. **The Uses of Argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003 [1958].